

## ATA DA 6ª. ASSEMBLÉIA GERAL DA REDE DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DA MATA ATLÂNTICA

No vigésimo primeiro dia do mês de maio do ano de dois e cinco, às quinze horas e vinte e cinco minutos, foi oficialmente aberta a 6ª Assembléia Geral Ordinária da Rede de Organizações Não Governamentais da Mata Atlântica – RMA, realizada durante o IX Encontro Nacional da RMA no Auditório Cláudio Santoro, em Campos de Jordão, São Paulo. A mesa de abertura foi composta por Miriam Prochnow-APREMAVI/SC, Coordenadora Geral da RMA, Pedro Graça Aranha-OS VERDES/RJ, Kláudio Cófani Nunes-VIDÁGUA/SP, Armin Deitenbach-PROTER/SP, Lauro Bacca-ACAPRENA/SC, Alessandro Menezes-ECOAMS e Mariza Goulart-Defensores da Terra/RJ, como relatora. Miriam Prochnow abriu a Assembléia agradecendo a presença de todos e a colaboração daqueles que tornaram possível a realização do IX Encontro Nacional da RMA: a equipe do Teatro Cláudio Santoro, Prefeitura Municipal de São José dos Campos, Ministério do Meio Ambiente, Associação Vale Verde, Instituto Florestal de São Paulo e a equipe da Secretaria Executiva da Rede Mata Atlântica. Káthia Monteiro, do Núcleo Amigos da Terra Brasil/RS, avisou a todos os participantes que a lista de presença da Assembléia Geral estaria na entrada e fez informes sobre os horários de saída dos ônibus. Graça recitou poesia de sua autoria, composta durante a Semana da Mata Atlântica. Miriam propôs ao plenário o teto de 19h00 para a realização dos trabalhos, tendo em vista o atraso no início, e o horário de 8h00 para o início do segundo dia da Assembléia Geral. A proposta foi aprovada pelo plenário. A pauta homologada pelo Plenário foi: 1) Aprovação de Novas Entidades; 2) Descadastramento de Entidades; 3) Homologação do Regimento Interno; 4) Prestação de Contas da Atual Gestão; 5) Homologação do Balanço Financeiro e Patrimonial dos exercícios de 2003 e 2004; 6) Apresentação dos Planos Estratégicos de Comunicação e de Captação. Francisco Iglesias, conhecido como Xicoblu, da ASPOAN/RN, propôs a inclusão do ponto de pauta “revisão do Estatuto”, o que foi aprovado, configurando o Item 7) Revisão do Estatuto para Adequação ao Código Civil; 8) Composição da Comissão Eleitoral; 9) Eleição do Conselho de Coordenação Nacional e do Conselho Fiscal; 10) Posse da Nova Coordenação; 11) Aprovação de Moções; 12) Outros Itens que Necessitem de Deliberação.. **Item 1) Aprovação de Novas Entidades.** Pedro Graça Aranha-Os Verdes/RJ, também conhecido como Pedrão, e Alessandro Menezes-Ecoa/MS compuseram a comissão que analisou o pedido de novas filiações e informaram que um total de 67 (sessenta e sete) entidades solicitaram filiação a Rede de ONGs da Mata Atlântica. Pedrão esclareceu que 38 (trinta e oito) entidades apresentaram a documentação correta, segundo os critérios do Estatuto, estando aptas a se filiarem e podendo participar da 6ª Assembléia Geral da RMA com direito a voto. As entidades que pediram filiação mas estão com pendência na documentação, num total de 29 (vinte e nove), serão consideradas pré-filiadas, tendo o prazo de 30 (trinta) dias para a apresentação da mesma. Foi esclarecido que, segundo o Estatuto, essas entidades terão o direito de participar da Assembléia Geral, mas sem direito a votar e serem votadas na eleição do Conselho da Coordenação Nacional e do Conselho Fiscal. Miriam consultou o plenário quanto a algum impedimento à filiação das entidades citadas. Representantes das entidades solicitaram informação quanto à documentação pendente e foram esclarecidos pela mesa. Alessandro Menezes-Ecoa/MS indagou sobre a possibilidade de filiação à RMA da Federação de Entidades Ambientistas Potiguanas-FEAP, tendo em vista que esta representaria várias entidades ao mesmo tempo. Miriam leu o artigo do Estatuto onde diz que entidades podem se filiar, mas não haveria nenhum veto à filiação de Federações. Xicoblu-Aspoan/RN sugeriu que o cadastro de Federações e Redes seja ponto de pauta do próximo Encontro. João de Deus Medeiros-Grupo Pau Campeche/SC solicitou questão de ordem propondo deixar em suspenso a filiação da FEAP até a realização de novo Encontro. A proposta foi aprovada pela Assembléia Geral. Em regime de votação foi aprovada a filiação das entidades listadas no Anexo I deste documento. Foi aprovada também a pré-filiação de 28 (vinte e oito) entidades, listadas no Anexo II deste documento. Pedrão-Os Verdes/RJ e Alessandro Menezes-Ecoa/MS deixaram a mesa. **Item 2) Descadastramento de Entidades.** Miriam Prochnow esclareceu



que o Estatuto da RMA estabelece o comportamento da entidade com o critério para desfiliação (Av. W3 Sul) propôs como encaminhamento alternativo ao descadastramento de entidades à criação da categoria (Brasília-DF) "entidades inativas", a mesa procederia à leitura das entidades que não têm se manifestado na Rede ou cujos endereços sejam desconhecidos e, caso alguém obtenha informação sobre a existência da entidade esta continuaria filiada como ativa na Rede; as demais formariam um cadastro de inativas, podendo retornar à categoria ativa assim que voltarem a participar. Foi então realizada a leitura do nome das entidades e o plenário se manifestou quanto à existência de algumas delas. Renato Cunha-GAMBÁ/BA solicitou questão de ordem propondo que, no momento em que as entidades consideradas inativas atualizassem o endereço imediatamente retornariam à RMA, não havendo necessidade de mais debate sobre o tema. Em regime de votação foi aprovada por unanimidade a proposta de cadastro de inativas, iniciado com 35 (trinta e cinco) entidades, conforme Anexo III deste documento. **Item 3) Homologação do Regimento Interno.** Miriam explicou ao plenário a impossibilidade de realização de Assembléia Geral da RMA em 2004 por falta de recursos, entretanto foram efetuados 5 (cinco) Encontros Regionais em 2005, onde o Regimento Interno foi amplamente debatido e as propostas encaminhadas à Coordenação Nacional. As propostas consensuais foram homologadas e os itens contraditórios postos em votação na internet e por cédulas via correio. Esclareceu que todo o processo foi aprovado na Rede. As propostas colocadas em votação foram: 1) exigência de 1 (um) ano de constituição da entidade candidata a filiação à RMA ou supressão dessa exigência, vencendo a primeira proposta; e 2) eleição do Conselho da Coordenação Nacional e Conselho Fiscal realizada por chapa ou por região, vencendo a segunda proposta. As propostas vencedoras foram sendo incorporadas ao Regimento Interno. Miriam lembrou que a criação do Regimento Interno deu-se de forma coletiva pelos membros da Rede, não cabendo, portanto, mais debates do tema, somente sua homologação. Xicoblu-Aspoan/RN pediu questão de esclarecimento sobre falhas e contradições no Regimento Interno: o parágrafo 2º do art. 4º do Regimento Interno afirma que a entidade deve apresentar documentação completa até 12 (doze) horas antes do início da Assembléia Geral, que apreciará a filiação, enquanto que o Estatuto estabelece o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação de documentos; o art. 16º do Regimento Interno seria contraditório com o parágrafo 1º do art. 18º; o parágrafo 2º do art. 11º dá tratamento diferenciado ao Conselho Fiscal em relação à Coordenação Nacional, pois apenas o primeiro teria a obrigação de apresentar documentação. Kláudio Cófani Nunes-Vidágua/SP defendeu a supressão do parágrafo 1º do art. 18º. Miriam propôs a inclusão de um parágrafo similar ao parágrafo 2º, art. 11º no art. 10º referente ao Conselho de Coordenação Nacional. Propôs ainda a supressão do parágrafo 1º do art. 18º e também do parágrafo 1º do art. 4º. Em regime de votação, as alterações propostas foram aprovadas com 2 (duas) abstenções, homologando o Regimento Interno. **Item 4) Prestação de Contas da Atual Gestão.** Miriam apresentou ao plenário a prestação de contas referente às atividades realizadas no biênio maio/2003 a maio/2005 e lembrou que o Relatório detalhado de Atividades da RMA encontrava-se disponível a todos os participantes na pasta do Encontro. Foram apresentadas em PowerPoint as ações referentes a: Programas Ambientais, Monitoramento do Legislativo, Programas Governamentais, Ações no Judiciário, Fortalecimento Institucional, Gestão e Disseminação da Informação e Campanhas. Sobre os Programas Ambientais, Miriam explicou que o MMA retirou a Mata Atlântica do PDA Consolidação, devido ao entendimento de que já existe o PDA Mata Atlântica. Este, por sua vez, tem R\$ 42,5 milhões em recursos para projetos apresentados até 30 de junho do corrente. Informou ainda que o MMA contratou um consultor para o Programa Mata Atlântica e discorreu sobre a consolidação do Núcleo Mata Atlântica do MMA, os GTs Mata Atlântica e Araucárias e sobre as forças-tarefas para criação de UCs nas áreas de florestas com Araucárias e no Sul da Bahia. Pedrão-Os Verdes/RJ esclareceu que o GT Mata Atlântica tem feito reuniões e trabalho para consolidar o Programa Mata Atlântica. Ressaltou a importância da revisão das áreas prioritárias do bioma Mata Atlântica e da articulação dos processos da força-tarefa. Sobre o monitoramento do Legislativo, Renato-Gambá/BA destacou a importância da aprovação no Congresso do PL Mata Atlântica através da Campanha Desmatamento Zero. Pedrão-Os Verdes/RJ falou da necessidade de se consultar a opinião das entidades da RMA sobre o PL de concessão

f o



florestal ainda em discussão com o MMA e IBAMA. Miriam lembrou que a Campanha SOS Floresta conseguiu impedir a pressão do mercado imobiliário, que queria suprimir a aplicação do Código Florestal em área urbana. Sobre as ações no judiciário, Renato falou das ações civis públicas da RMA em parceria com o Gambá-BA contra o IBAMA da Bahia. Kátia falou das ações civis públicas em o caso de Barra Grande, onde a RMA, em conjunto com a FEEC, conseguiu liminar, suspender o processo para a realização de perícia no local, que provavelmente será feita pela RMA. Lembrou que o EIA/RIMA fraudado não citou a existência da floresta de araucária e de floresta em regeneração existentes no local. Miriam lembrou que a ação de Barra Grande estreitou a relação RMA com o Movimento dos Atingidos por Barragens-MAB. Jean-François Timmers-Flora Brasil/BA e Renato-Gambá/BA lembraram que a parceria da RMA com o projeto de corredores ecológicos na Bahia viabilizou a fiscalização do IBAMA no sul do Estado, o que não ocorria há um ano. Armin Deitenbach-Proter/RS, coordenador do Grupo de Trabalho de Atividades Sustentáveis (GTAS), afirmou que o GT, constituído em 2004, possibilitou a participação e articulação das entidades filiadas e lembrou que em dezembro de 2005 será realizado o primeiro encontro nacional do GT, para elaboração dos planos de ação. Zuleica Nycz-AMAR/PR, coordenadora do Grupo de Trabalho de Áreas de Proteção Permanente (GT-APPs), disse que estão planejando a organização de uma oficina para discussão da questão das atividades de mineração em APP's. Pedrão-Os Verdes/RJ, ex-coordenador do Grupo de Trabalho de Unidades de Conservação (GT-UCs), informou que já foi realizada neste ano uma oficina com a participação de 20 (vinte) entidades, e que há um debate ativo na Rede. Disse que serão realizados em setembro uma oficina com o tema "conflitos em UCs", e em novembro um seminário de UCs. Lembrou ainda que a nova Coordenadora do GT-UCs é a Sra. Alba Simon-IBG/RJ. Sobre gestão e disseminação de informações, Sílvia Marcuzzo, assessora de comunicação da RMA, informou que conta com o apoio de 1 (um) estagiário e 2 (dois) voluntários e pediu contribuições para a atualização da homepage na internet. Informou também que no Projeto da Rede estão previstas algumas publicações com temas ainda a definir futuramente. Sobre as Campanhas, Geovana Cartaxo-IAEA/CE e Kênia Correia-GESCQ/PE falaram sobre o problema da carcinicultura, que tem ameaçado manguezais e provocado conflitos com pescadores artesanais, e apontaram a necessidade de uma campanha para a regulamentação da atividade através do CONAMA, bem como a imposição de EIA/RIMA. Kláudio Nunes-Vidágua/SP disse que a pressão sobre os pescadores chegou a um alto grau de conflito, inclusive levando ao assassinato de um pescador artesanal. Em relação ao Rio São Francisco, Renato-Gambá-BA esclareceu que a proposta de transposição do governo contradiz a resolução do Comitê da Baía do Rio São Francisco e que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos não teria competência para aprovação do projeto. A RMA e Ministério Público Federal estariam com ações na justiça contra o EIA/RIMA mal feito, mas aprovado pelo IBAMA. Lizaldo Santos-MOPEC/SE afirmou que a transposição é um crime ambiental e social que tem causado problemas às comunidades ribeirinhas e quilombolas. Kláudio informou que participou do seminário sobre a transposição, enfatizou que o assunto em questão não é apenas regional, nordestino, e que se trata de uma preocupação nacional e afirmou que os comitês de bacia são a forma mais democrática e participativa de construção das políticas de recursos hídricos. **Item 5) Homologação dos Balanço Financeiro e Patrimonial dos exercícios de 2003 e 2004.** Miriam explicou que faltou na pasta cópia do Demonstrativo Financeiro de 2003, comprometendo-se a disponibilizá-lo na Rede. Informou que os recursos foram utilizados nas campanhas, ações e atividades da RMA, de acordo com os critérios estabelecidos pelas instituições doadoras e financiadoras. Apresentou em PowerPoint os demonstrativos financeiros consolidados, onde demonstrou os saldos em caixa por semestre: em 31 de dezembro de 2003, R\$ 10.015,90 (dez mil e quinze reais e noventa centavos); em 30 de junho de 2004, R\$ 5.271,39 (cinco mil, duzentos e setenta e um reais e trinta e nove centavos); em 31 de dezembro de 2004, R\$ 69.558,88 (sessenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e oitenta e oito centavos) e, finalmente, em 30 de abril de 2005, saldo de R\$ 100.809,84 (cem mil, oitocentos e nove reais e oitenta e quatro centavos), lembrando que neste último ainda não estão computados os gastos com a Semana da Mata Atlântica e o IX Encontro Nacional da RMA. Esclareceu que a Rede ficou sem recursos para pagar as

f o



